



WCM

World Citizen Magazine



Universidade
Católica de Brasília

Curso de Relações Internacionais - Ri UCB

A desumanização das principais instituições financeiras após o advento da globalização econômica de 1990

Mara Regina dos Santos Ribeiro¹

Resumo: O efeito transnacional dos mercados e a crescente quebra de fronteiras de um mundo cada vez mais globalizado impõem aos Estados inimigos invisíveis e os corrompe de maneira imperceptível. Assim como os Estados se apropriam e por vezes se aproveitam de tais facilidades, as instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, por exemplo, também o fazem. Tais instituições foram criadas para ajudar e tem servido muitas vezes como instrumentos de atrasos, de impossibilidade de desenvolvimento independente, fazendo dos Estados fracos escadas para os mais fortes. Em resposta, os Estados mais fracos buscam, por meio de alianças como o G20 – que também tem componentes da parte desenvolvida – aumentar a voz nesse mundo cada vez menor e mais disputada, onde por vezes, vence a voz do mais forte.

Palavras-chave: instituições financeiras, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, G20, alianças.

Abstract: The effect of transnational markets and increasing breaking boundaries of a world increasingly globalized impose United invisible enemies and corrupts imperceptibly. As states take ownership and often take advantage of such facilities, international financial institutions like the World Bank and International Monetary Fund, for example, do too. Such institutions have been created to help and has often served as instruments of delays, the impossibility of independent development, making the weak states stairs to the strongest. In response, weaker states seek, through alliances such as the G20 - which also has components developed part - raise a voice in this world that is becoming smaller and disputed, which sometimes overcomes voice stronger.

Keywords: financial institutions, the World Bank, International Monetary Fund, G20 alliances.

1. Introdução

O seguinte trabalho tem como objetivo demonstrar como as ações políticas das instituições financeiras para o desenvolvimento de países emergentes, por vezes, ignoram aspectos importantes, como o cuidado com os direitos e valores fundamentais da pessoa

¹ Mara Regina dos Santos Ribeiro é acadêmica do Curso de Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília

humana, bem como a responsabilidade ambiental, que também tem efeitos sobre os seres humanos. Essa desumanização deu-se por varias razões. A mais forte delas foi a globalização econômica de 1990.

O efeito transnacional dos mercados e a crescente quebra de fronteiras de um mundo cada vez mais globalizado impõem aos Estados inimigos invisíveis e corrompe-os de maneira imperceptível, como é o caso das instituições financeiras, criadas para auxiliar e tem servido como instrumentos de atrasos, de impossibilidade de desenvolvimento independente, fazendo dos Estados fracos escadas para os mais fortes.

2. A globalização financeira de 1990, as instituições financeiras e a resposta dos povos subdesenvolvidos

Na década de 1990, os países passaram por uma nova etapa de transformação em prol do desenvolvimento. As instituições financeiras, criadas para gerar procedimentos de inserção internacional dos Estados em vias de desenvolvimento, tem-se perdido cada vez mais encantadas com o crescente mercado transfronteiriço.

A voz de países em desenvolvimento, nessas instituições, tem diminuído cada vez mais devido à disparidade de voto presente entre os integrantes, que é valorada pelo seu poder. Isso tem limitado tanto a inserção internacional dos países em desenvolvimento quanto seu desenvolvimento e acompanhamento do mundo.

Vários foram os mecanismos desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial para a reconstrução dos Estados envolvidos na guerra, tanto por países vencedores quanto por países vencidos. Algumas organizações internacionais foram criadas para gerir e diminuir as diferenças entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

3. As principais instituições financeiras mundiais: FMI e Banco Mundial

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado em Julho de 1944 nos encontros de Bretton Woods com o objetivo de promover o crescimento global e a estabilidade econômica no sistema internacional. A princípio, a funcionalidade do organismo levava em conta, além do aspecto econômico e o aspecto social, mas essa característica mais humana e essa percepção das diferenças entre os atores foram-se perdendo com o tempo.

Outra instituição muito importante criada foi o Banco Mundial. Fundando em também em 1944 em Bretton Woods com o objetivo de financiar a reconstrução dos países devastados pela guerra, o Banco Mundial também tem sido influenciado pelas facilidades dos mercados financeiros de adentrar e controlar o âmbito doméstico dos demais países. Porém, diferentemente do FMI, que se vê como uma instituição infalível e que provavelmente resistirá ante qualquer tentativa de reforma, o Banco Mundial tem ficado muito apreensivo com as duras críticas apresentadas pelos países (STIGLITZ, 2002).

Em 1989, foi realizada em Washington, uma reunião no qual os países desenvolvidos, “preocupados” com a situação latino-americana, pretendiam traçar uma agenda econômica a ser seguida pelos países da América Latina para promoção do desenvolvimento. Os países desenvolvidos, provavelmente, achavam que esses países não teriam capacidade para criar uma agenda própria que realmente funcionasse.

Nessa reunião, criaram políticas que esses países – os latino-americanos – deveriam adotar em seu âmbito interno, ou seja, era uma forma indireta de controle dos mais fortes sobre os mais fracos. Tal reunião, que ficou conhecida como *Consenso de Washington*, chegou à conclusão de que o que mantinha a América Latina estagnada era a convulsão de crises, por vezes mal resolvidas, pelas quais a região passava. A agenda reunia ideias como: evitar crises por meio de política fiscal anticíclica, reformas institucionais, política cambial flexível, aumento da poupança interna, reforço da liberalização no mercado de trabalho e distribuição de renda (KUCZYNSKI; WILLIAMSON, 2004).

Os países, claramente, adotaram as medidas enunciadas, mas não foi em todos os países que deram certo; nem mesmo todos adotaram tudo o que deveria ser feito; a Argentina passou por crises terríveis e basicamente não se conseguiu encontrar argumentos para explicar o que não deu certo; o Brasil, por exemplo, teve uma política externa bem confusa nos anos de 1990, que foi separada por três linhas de pensamento gerais: o Estado desenvolvimentista (da política externa com aspecto autônomo), o Estado normal (subserviente, regressivo) e o Estado logístico (destacando a participação da sociedade e fortalecendo a identidade nacional). (CERVO, 2011).

Apesar desse embaraço histórico, o país teve um bom desempenho econômico, porem utilizou-se apenas de alguns pontos da nova agenda. A maior deficiência percebida presente na agenda do Consenso de Washington era de que eles não levaram em conta as disparidades sociopolíticas, econômicas e culturais presentes em cada um dos países que compõem a

América Latina, criando uma agenda e cedendo a todas para que fosse cumprida, como um remédio para a tortura que os assombrava.

A área essencial ao FMI era o de conter crises, porém, com a crescente globalização da informação e dos mercados, tal administração tomou um aspecto puramente financeiro, colocando o crescimento econômico acima de todas as demais visões e deixando de fora as demais áreas humanas da sociedade, como emprego, melhores condições de vida, desenvolvimento (STIGLITZ, 2002).

Com essa mudança de perspectiva e atenção, muitos perceberam que era necessária uma reforma ao FMI e ao Banco Mundial, vendo a necessidade de se reavaliar as doutrinas, os mecanismos utilizados e os objetivos para se alcançar melhorias de condições de países em desenvolvimento. O interesse de ajudar os países mais fracos foi substituído pela ganância de poder e influência econômica transnacional dos atores no sistema internacional.

Como já dito anteriormente, o Banco Mundial tem ouvido as duras críticas que houvera recebido quando a sua funcionalidade. Além dos temas já reconhecidos pelo Banco Mundial e por meio das relações com os países em desenvolvimento, seus “clientes” mais assíduos, outros novos temas foram agregados para a possível reforma do mesmo, como cooperação técnica, políticas mais igualitárias e apoio ao comércio.

Mas não podemos dizer que essas instituições passaram por esse processo por serem antigas ou terem preceitos vindos de uma época pós-guerra. Nos aventuramos pois, a destacar até mesmo a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em Janeiro de 1995, que procurou regradar o comércio entre os Estados afim de deixar as práticas comerciais mais justas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, em que também encontra-se facilmente influenciado por esses mercados globais. No que diz respeito à OMC, destaca-se o desrespeito ao meio ambiente, tema esse que nunca ganhou o destaque e a seriedade real do tamanho de sua influência e dos perigos que carrega consigo para o sistema internacional e para a humanidade.

Os indivíduos encontram-se muito mais sensíveis no tocante às influências que o meio ambiente causa em suas vidas, muito mais do que os Estados – mais preocupados com os impactos na economia do que com o resto do que se acontece ao seu redor. Poder-se-ia até mesmo dizer que, quanto maior o poder e o Estado, menos é a importância que ele dá a esse tema que detém os recursos naturais que movem a economia. Nem mesmo a escassez de recursos naturais se aproximando e até mesmo as mudanças climáticas bruscas percebidas por

todos foram capazes de sensibilizar essa busca por mais poder e melhorias de vida incondicionais.

É necessário melhorar a qualidade de vida da população? Sim. Quanto melhor seus cidadãos, melhor o Estado, que se desenvolve em harmonia. Mas aspectos como meio ambiente não podem ser simplesmente ignorados como se não fosse mudar esse futuro próximo. Até mesmo as mais sofisticadas tecnologias são dependentes de recursos naturais. Os movimentos que os mercados fazem é que tem dito como o sistema deve se comportar (CASTELLS, 1999).

4. A resposta dos países atingidos pela desumanização das instituições financeiras

Em resposta a essas questões, por vezes ignorados e influenciados pelos Estados mais ricos, surgem várias tentativas de respostas – concluídas ou não – a emergência gritante de direitos humanos, que são os pontos chaves de destaque apresentados aqui. Eles se apresentam na forma, principalmente, de coalizões compostas por esses países em desenvolvimento como o Grupo 20 (G-20) ou órgãos de instituições já existentes, como o Comitê de Assistência para o Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE).

Muitas dessas organizações levam em consideração opiniões de organizações da sociedade civil, que é mais perceptível a algumas mudanças externas que tem impacto interno, representadas por Organizações Não Governamentais (ONGs). Essas instituições constituem um meio de superar ou diminuir as vulnerabilidades sofridas pelos menos favorecidos a fim de obter resultados que isoladamente, não conseguiriam.

O Grupo dos 20 (G-20) foi criado em 1999 e é composto por países economicamente avançados e emergentes, não é um fórum gerenciador de crises, é apenas um fórum de cooperação e de consulta entre os Estados. Representam por volta de 90% da economia mundial e tem o objetivo de discutir políticas acerca do desenvolvimento da economia global, assim como discutir formas de conter e evitar crises. Também tem sido responsável pela ampliação das articulações dos integrantes do cenário internacional e nos fóruns, além de medir a eficácia de instituições como as financeiras em ambiente doméstico.

O G-20 também acrescentou temas como paraísos fiscais e o meio ambiente, que até então havia se perdido em meio aos mercados transnacionais (COSTA, 2009). O papel da G-20 tem trazido grandes transformações políticas e nas políticas dos administradores estatais

pertencentes e não pertencentes ao grupo. O vínculo procura superar as disparidades e focar nos problemas internacionais que por vezes causam conturbações internas e enfraquecimentos estatais.

Nos últimos anos, o mundo mergulhou em uma nova crise advinda do norte: a crise que emergiu direto do gigante norte-americano e que teve um alcance global. Nem mesmo as economias em desenvolvimento, que até então estavam bem com suas políticas e seu processo de desenvolvimento, ficaram de fora. Em novembro de 2008, foi realizado a Cúpula de Washington, onde líderes dos países do G20 se encontraram para discutir sobre as reformas das instituições financeiras mundiais e as causas da crise de 2008 (CINTRA, 2011), que resultou na publicação da Declaração de Líderes, contendo 47 ações, dentre elas: transparência, reforço na cooperação internacional e promoção de mercados financeiros (BRASIL, 2012).

Essas formações de coalizões ou cooperação surgem para ampliar e discutir a agenda internacional, os interesses mútuos, uma maior ênfase no multilateralismo, além de facilitar o diálogo para melhorias em educação, saúde, turismo entre outras áreas básicas responsáveis para o movimento da economia interna e melhoramento do bem-estar social. (LEITE, 2011)

Assim como a ONU, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é amplamente seguida e trabalha em várias áreas no ambiente internacional, inclusive na área de ajuda para o desenvolvimento. O Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD/OCDE) teve suas ideias debatidas no que ficou conhecido como Consenso de Monterrey em 2002, onde se realizou a Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento em que países desenvolvidos se comprometiam a ajudar países em desenvolvimento. Foram discutidos assuntos acerca de diálogo político, apropriação entre outras questões que foram redigidas na Declaração de Paris em 2005. (BRASIL, 2012).

O CAD/OCDE tem promovido desde 2003, fóruns sobre a efetividade da ajuda internacional para os países emergentes, como também alinhamento, responsabilidade mútua, etc. Esse órgão leva em conta os aspectos de cada país e prevê uma ajuda que sirva tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento econômico, sem perder de vista aspectos como o tão citado meio ambiente e direitos humanos. A ajuda doada aos países em desenvolvimento, não só a ajuda como também a cooperação, vem dos países membros chamados “doadores”, que se dispõe a ajudar. Assim como no FMI e no Banco Mundial, para ser um contemplado da ajuda, o país deve preencher os requisitos, como ter um PIB anual por volta de menos de 12 bilhões de dólares.

Esses movimentos dos países em desenvolvimento tem ganhado cada vez mais espaço e eles vem se destacando cada vez mais e aderindo alianças que são muito mais proveitosas dos que os mecanismos costumeiros criados a época da Guerra Fria. Esses mecanismos tendem a passar por uma reforma para sua atualização e a emergência de mais atores internacionais é a prova da insatisfação e, por vezes, insuficiência desses mecanismos em gerir a nova ordem global.

5. Considerações Finais

As reformas pretendidas pelos países não quer dizer que as instituições não funcionem, apenas que elas perderam seu principal foco ou deixaram de levar em consideração elementos dos governos tão importantes quanto à economia e os Estados em desenvolvimento estão percebendo isso por sentirem na pele.

A realidade dos Estados em geral é diferente, mas geralmente os menos favorecidos são constantemente atacados e rebaixados, pela sua vulnerabilidade de desenvolvimento, pelo povo de baixa instrução ou às vezes nem por isso, simplesmente porque os mecanismos outrora criados para facilitar dificultam mais do que governos incompetentes.

A superpotência pode ser um grande modelo, mas a realidade dela não deve ser aplicada aos países do sul. A experiência do Consenso de Washington deixa bem claro que há uma grande diferença naquilo que se acha que pode resolver daquilo que realmente resolverá. É preciso sair dessa visão idealista e carregar um pouco de realismo nas decisões.

É preciso vivenciar, estar na realidade dos países em desenvolvimento para saber o que cada um precisa, dos desafios e limites que cada um tem para poder se traçar perspectivas e criar mecanismos e agendas, abrangendo não só aspectos econômicos, mas também sociais e humanos. Que essa experiência não fique morta, mas que abra mais caminhos para o entendimento e entrosamento entre o Norte e o Sul e que essas reformas nos sistemas financeiras sejam possíveis antes que o colapso dos países tenha um alcance transfronteiriço assim como os mercados financeiros globais.

6. Referências

BRASIL. Secretaria de Assuntos Internacionais. *G20*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/sain/temas_internacionais/g20.asp>. Acesso em: 30 out. 2012.

CAMPOS, Rodrigo Pires de; et al. Os Fóruns de Alto Nível da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE): limites e perspectivas da posição brasileira na agenda sobre efetividade da ajuda internacional. **Boletim de Economia Política Internacional**, n. 8, p.28-40, out/dez. 2011.

CASTELLS, M. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **Crise Financeira Global**: mudanças estruturais, impactos sobre os emergentes e Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

COSTA, Roberto T. da. G-20 – Um novo balanço de poder. **Política Externa**, vol. 18, n. 1, p. 49-60, jun./jul./ago. 2009.

KUCZYNSKI, Pedro-Pablo; WILLIAMSON, John (Orgs.). **Depois do Consenso de Washington**. Retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos**: os governos de Janio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. **A Globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

